

Política Moderna

Resumo

Maquiavel

Maquiavel se caracterizou acima de tudo por buscar construir uma explicação inteiramente realista da política. Para ele, quando procuramos entender o que algo deveria ser, acabamos por não entender o que ele é e, portanto, acabamos por desconhecê-lo. Para Maquiavel, em primeiro lugar, se queremos ter uma percepção realista da política, devemos ter em mente que ela é obra dos homens e que os homens são fundamentalmente maus e que a política é, portanto, basicamente um jogo de interesses. Assim, a função da política não é tornar as pessoas melhores, mais virtuosas ou construir uma sociedade. Seu papel é pura e simplesmente manter a ordem. A função do governante é gerenciar as relações de poder no interior da comunidade, não permitindo que ela saia dos limites.

Na medida em que é responsável por manter a ordem, o governante tem o direito e a obrigação de utilizar todos os meios necessários para tal. Se for necessário matar, matar. Se for necessário mentir, mentir. Se for preciso trair, trair. Toda ação governamental se justifica pelo critério da eficiência, isto é, na medida em que seja capaz de realizar a tarefa da política, que é manter a ordem e a paz. Como só o poder pode limitar o poder, o uso da força é necessário. Segundo o autor, entre ser temido e ser amado, o governante deve, a princípio, desejar ambos, mas, se tiver de escolher entre um dos dois, deve preferir ser temido, dado que o medo é muito mais firme do que o amor. Mas veja: apesar de separar inteiramente a ética e a religião da política, Maquiavel não está defendendo que o monarca possa agir como um tirano inteiramente arbitrário, que faz o que quer sem se importar com os demais e impõe sua força de modo inteiramente autoritário. O que Maquiavel diz é que o príncipe deve agir de modo bruto quando for necessário. Para ele, se o rei se utiliza da brutalidade sem um motivo razoável, ele não só não está cumprindo seu papel, como também o está pondo em perigo e diminuindo sua autoridade perante o povo.

Em suma, a política é a arte da difícil conjugação entre dois elementos: a virtú e a fortuna. No linguajar maquiavélico, fortuna não é sinônimo de riqueza, mas sim se refere à sorte, ao acaso, ao âmbito do imprevisível nas relações humanas. Por sua vez, a virtú se refere à sagacidade humana, isto é, a capacidade do governante de utilizar os momentos fornecidos pela fortuna ao seu favor. Veja: a virtú não se confunde com a força bruta. Ela é a habilidade de se utilizar dos meios e situações disponíveis para realizar aquilo que a manutenção do Estado e da ordem política exigem. Sem se pautar por parâmetros morais ou religiosos, o príncipe deve sempre fazer o que for preciso, no momento certo.

Teoria contratualista

Em um período marcado fortes mudanças políticas, especialmente pela formação dos Estados nacionais e pelos conflitos religiosos surgidos após a Reforma Protestante, alguns importantes filósofos, conhecidos

como contratualistas, tomaram a peito a tarefa de encontrar uma nova resposta para o mais tradicional problema da filosofia política: afinal, por quê e para que existe a autoridade do Estado? De fato, não há filósofo dedicado ao estudo do governo e das leis, desde a Grécia antiga, que não tenha se colocado diante desta pergunta e buscá-lo respondê-la. Justamente por isso, o que tornou a perspectiva contratualista interessante e inovadora não foi exatamente a questão que ela levantou, mas sim o modo como tentou resolvê-la. Criado pelo pensador britânico Thomas Hobbes, este novo método para a justificação do poder político foi tão influente que mesmo autores que criticaram duramente as ideias de Hobbes, como Locke e Rousseau, assumiram o método contratualista.

Curiosamente, o raciocínio que fundamenta a metodologia contratualista é algo bastante simples. Em primeiro lugar, se o que está em jogo é descobrir qual é a importância da ordem política, o primeiro passo é imaginar como seria a vida humana sem a política: uma condição chamada por Hobbes de estado de natureza. Uma vez concebido tal estado inicial pré-político, cabe entender o que levaria as pessoas deste estado de completa liberdade e ausência de leis a preferirem abandoná-lo e ingressarem no estado civil e político. Uma vez que no estado de natureza todos os homens seriam totalmente livres, o ingresso no estado político não poderia ser de modo algum imposto e só pode então ser compreendido como um contrato social, isto é, um acordo entre os indivíduos, que livremente abririam mão de sua autonomia completa a fim de constituírem o Estado. Não à toa, é por isso que a corrente iniciada por Hobbes é chamada de contratualismo: segundo esta visão, o que fundamenta e legitima o exercício do poder pelo Estado é um contrato livremente assumido pelos cidadãos em um hipotético estado de natureza. É necessário assinalar esse hipotético, pois os autores contratualistas não necessariamente se comprometem com a ideia de que este acordo foi literal e histórico. Para muitos, o contrato não passa de uma metáfora.

O contratualismo de Hobbes

Hobbes era um pensador profundamente pessimista a respeito da natureza humana. O autor compreendia que o homem é acima de tudo um ser egoísta. Assim sendo, segundo Hobbes, em um estado de natureza, sem leis ou regras que os reprimam, os homens viveriam em um estado de conflito constante e irresolúvel, uma “guerra de todos contra todos”. Ora, que fazer então? Segundo Hobbes, há uma única saída possível para tal calamidade: a fim de obter a paz e a ordem, os homens teriam que renunciar à sua liberdade natural e se submeter ao Estado, uma instituição que governaria sobre eles, privando-os de sua liberdade e impondo seu domínio pela lei, mas que, em contrapartida, impediria a guerra e os conflitos entre os homens. Eis o contrato social hobbesiano.

A consequência mais imediata da filosofia política de Hobbes é a defesa do absolutismo como forma de governo. De fato, como o papel central do Estado é manter a ordem e conter o egoísmo natural humano, seu poder, segundo Hobbes, deve ser fortemente concentrado e o governante está autorizado a fazer tudo o que for necessário a fim de manter a ordem, ainda que pareça imoral. Com efeito, uma vez que se trata de um contrato, o povo não tem o direito de dar um passo atrás e reclamar sua liberdade de volta, rebelando-se contra o governo. Isto seria apenas descumprimento de contrato social estabelecido entre governantes e governados.

O contratualismo de Locke

John Locke também acreditava que a única maneira efetivamente razoável de justificar a existência do poder político seria através da metodologia contratualista. No entanto, Locke não tinha uma visão tão pessimista da natureza humana. Ele defende um ideal de governo divergente ao de Hobbes: enquanto o segundo foi um célebre advogado do absolutismo monárquico, Locke é considerado o pai do liberalismo político, uma concepção que vê na garantia da liberdade o papel central do governo.

Locke não negava que somos autointeressados e buscamos a satisfação de nossos desejos, porém afirmava também que todos nós temos certo senso moral. Com efeito, o estado de natureza é um estado sem lei política, mas vigora nele a lei moral racional, chamada por ele de lei da natureza, a qual nos indica o que é certo e errado independentemente da lei estabelecida pelo Estado. Assim sendo, os homens são capazes de perceber pela razão que são iguais e que, portanto, devem tratar-se de modo igualitário: é a igualdade essencial de todos os homens que exige um respeito igual de uns para com os outros. Por sua vez, também segundo Locke, da lei natural se derivam direitos naturais, isto é, certos bens básicos que todo ser humano merece ter reconhecidos. Tais direitos (embrião da ideia futura de direitos humanos), segundo Locke, são três: o direito à vida, à liberdade e à propriedade privada. Sua decorrência da lei natural seria nítida: se todos os homens são iguais, um não tem direito a tomar a vida do outro nem de se impor sobre a liberdade do outro e tampouco tem direito a tomar para si aquilo que o outro adquiriu com seu trabalho. Vê-se assim que o trabalho seria o fundamento do direito à propriedade privada e que todos os três direitos se reduzem à defesa da liberdade do indivíduo frente aos demais.

Ora, mas se o estado de natureza não é um conflito generalizado como pensava Hobbes, o que então, segundo Locke, levaria as pessoas a livremente abandoná-lo e ingressarem no estado político? Mesmo o estado de natureza não sendo um estado de guerra, não se pode negar que conflitos ocorreriam eventualmente. Dessa forma, apesar de possuir uma lei moral que o regule, o estado de natureza não possui uma autoridade para aplicar essa lei. A falta dessa autoridade comum é que levaria os homens a decidirem ingressar no estado político mediante um contrato social. De fato, sem uma instituição a zelar pela justiça, os homens possuem direitos no estado de natureza, mas o aproveitamento desses direitos é incerto.

Uma vez que a função do contrato social lockeano não é garantir a paz, mas sim garantir uma mais eficiente aplicação da justiça da lei da natureza e um mais seguro uso dos direitos naturais, tal contrato não implica a renúncia completa da liberdade. O poder do governo não deve ser absoluto, mas limitado. A lei civil deve apenas exprimir e garantir a perfeita execução da lei natural e dos direitos básicos. Inclusive, para Locke, caso o governo não cumpra com seu papel e viole a lei moral e os direitos naturais, o povo tem o direito e mesmo o deve de se rebelar, afinal, um contrato quebrado não tem mais qualquer valor.

O contratualismo de Rousseau

Tal como Locke e Hobbes, Rousseau era um contratualista. Chegou ele, porém, a conclusões totalmente diferentes dos dois pensadores ingleses. Ao analisar qual seria a condição do homem no estado de natureza, sem qualquer tipo de laço político, totalmente livre e independente, Rousseau concluiu que o estado de natureza

seria um estado de absoluta paz e tranquilidade, mesmo sem qualquer lei, política ou racional, que o regulasse. É que, para o filósofo iluminista, o homem é naturalmente bom; a sociedade é que o corrompe. Segundo Rousseau, sem a intervenção das normas sociais, o homem se comportaria como um animal, guiando-se não pela sua razão, mas sim por instintos (é a chamada “teoria do bom selvagem”). Como, para o filósofo, os instintos mais básicos do homem são o amor de si (interesse pelo próprio bem-estar e conservação) e a piedade (repugnância natural pela morte ou sofrimento de qualquer ser sensível, em especial os semelhantes), então o estado de natureza seria, a princípio, totalmente pacífico, pois os homens jamais se atacariam gratuitamente.

Por que, então, surgiu o Estado político? Bem, os problemas no estado de natureza se iniciaram quando surgiu a propriedade privada. A princípio somente um modo de cada um manter sua sobrevivência, a propriedade acabou por introduzir a desigualdade social, opondo ricos e pobres e gerando uma série de conflitos e lutas por poder. Foi quando surgiu a necessidade de um poder comum para regular a vida das pessoas e as regras de justiça e moralidade ditadas pela razão se tornaram mais importantes que os instintos e sentimentos naturais: surgiu a política. Perceba, porém, que o Estado não surge aí como um bem, mas sim apenas para impedir um mal maior. Ideal mesmo seria que tudo permanecesse tal como antes da propriedade privada. Como, porém, isso não é possível, como o homem já se encontrava irremediavelmente corrompido pela vida em sociedade, então que haja a política. É necessário lembrar, porém, diz Rousseau, que o contrato social não é um acordo entre senhores e escravos, mas sim um pacto político entre iguais para instaurar uma vontade geral que deverá se sobrepor a todas as vontades particulares. Assim, é necessário diferenciar governo e soberania. Se o governo pode ser exercido por um único indivíduo ou um grupo limitado, a soberania, por sua vez, é e permanece sempre sendo do povo como um todo. Na medida em que o governo não cumpra a vontade geral, o povo tem todo o direito de substituir aquele que não está exercendo corretamente sua função. Não à toa, Rousseau era um crítico do absolutismo considerava a democracia uma forma superior de governo.

Montesquieu e a Divisão dos poderes

Deve-se a Montesquieu a ideia da separação e da harmonia dos poderes, o que hoje é ainda vigente nas democracias contemporâneas. Ele parte da ideia de que apenas o poder pode frear o poder e, portanto, é necessário que cada um dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) permaneça autônomo, não podendo ser constituído pelas mesmas pessoas. É importante notar que o artigo 16 da Declaração dos direitos do homem e do cidadão, de 1789, que afirma que “Toda sociedade em que não for assegurada a garantia dos direitos e determinada a separação dos poderes não tem Constituição”.

No entanto, é notável o fato de que a separação dos poderes, pela qual o filósofo francês é mais conhecido, não é tão clara quanto pode parecer se levarmos a sério o conjunto da sua principal obra, “O espírito das leis”. Há passagens que sugerem que a separação que ele propunha não era tão rígida assim. A questão principal era haver uns equilíbrios, uma harmonia, entre esses poderes.

Adam Smith e o Liberalismo Econômico

Em 1776, Adam Smith escreveu sua obra mais importante, "A riqueza das nações". Uma das frases que melhor resume o pensamento de Smith é a de que "não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu auto interesse". Isso significa que, do seu ponto de vista, a iniciativa privada deveria agir livremente, com pouca ou nenhuma interferência governamental. A sua tese, portanto, era contrária ao mercantilismo e aos direitos feudais, tendo exercido uma influência muito grande na burguesia da época (comerciantes, industriais e financistas).

De acordo com Adam Smith, a divisão do trabalho era um fator importantíssimo para o liberalismo econômico. Nesse sentido, o comerciante ou mercador seria levado por uma "mão invisível" a promover o bem-estar da sociedade na medida em que estaria contribuindo para o avanço econômico. Assim, Smith rechaça a ideia de que a riqueza de uma nação estaria relacionada com a quantidade de ouro e prata existente em seu cofre. Ao contrário, a riqueza de uma nação está relacionada, do seu ponto de vista liberal, com a habilidade de produzir bens. Seu ponto de vista foi fundamental para a economia política na medida em que ele estava combatendo o mercantilismo que era vigente no século XVIII.

Ainda sobre a "mão invisível", conceito estabelecido na sua principal obra, trata-se de um termo para descrever como, numa economia de mercado, apesar de não haver uma entidade coordenadora do interesse comum, é como se houvesse uma força invisível que orienta e regula a economia. Em grande medida, podemos compreender a "mão invisível" da economia, a que Smith faz menção, como aquilo que chamamos hoje da lei da oferta e da procura. Trata-se, portanto, de uma ordem econômica que regula a economia sem a interferência do Estado.

Exercícios

1. Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas. Maquiavel define o homem como um ser

- a) munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
 - b) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
 - c) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
 - d) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
 - e) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.
2. Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

3. Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983

Não vamos concluir, com Hobbes que, por não ter nenhuma ideia de bondade, o homem seja naturalmente mau. Esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros, esse estado era, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente ao gênero humano.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (adaptado).

Os trechos apresentam divergências conceituais entre autores que sustentam um entendimento segundo o qual a igualdade entre os homens se dá em razão de uma

- a) predisposição ao conhecimento.
 - b) submissão ao transcendente.
 - c) tradição epistemológica.
 - d) condição original.
 - e) vocação política.
4. Oswald de Andrade, no Manifesto Antropofágico, procurou transformar o "bom selvagem" de Rousseau num aguerrido selvagem devorador, que digere e transforma a cultura europeia do colonizador, tornando-a parte de sua própria cultura. Considerando a questão do "bom selvagem" no pensamento de Rousseau, é correto afirmar.
- a) A idealização do bom selvagem, no estado de natureza, representa a exaltação da animalidade do homem primitivo que, no estado civil, adquire forma agressiva.
 - b) A felicidade original do bom selvagem se realiza no suor de seu trabalho em sua propriedade, de onde retira o necessário para a sua sobrevivência.
 - c) O homem, degenerado pela civilização, só poderá recuperar a felicidade que desfrutava no estado de natureza com o retorno à vida isolada no meio das florestas.
 - d) No estado de natureza, o bom selvagem busca satisfazer sua necessidade inata de reconhecimento de si e de admiração pelo outro.
 - e) No estado de natureza, o bom selvagem é autossuficiente e vive isolado, sobrevivendo com o que a natureza lhe provê e de acordo com suas necessidades inatas.

5. Para John Locke, no estado de natureza há liberdade e respeito entre os homens. Porém, esse estado pode degenerar-se em estado de guerra, no qual o respeito pela liberdade desaparece. Segundo Locke, a solução para esse problema gerado pelo estado de guerra é
- a) a instauração do estado civil, pois é a única forma de haver garantia para a liberdade, ainda que, de certo modo, restrita.
 - b) a declaração de guerra de todos contra todos, pois desse modo, a liberdade é garantida pelo livre uso da força.
 - c) a instauração do estado civil, no qual a liberdade é garantida pelo poder absoluto dos reis, isto é, poder sem qualquer tipo de limite.
 - d) a permanência no estado de natureza, uma vez que o estado civil pode se tornar despótico.
 - e) a permanência no estado de natureza, uma vez que sem a noção de propriedade privada o homem vivia bem.

6. TEXTO I

Até aqui expus a natureza do homem (cujo orgulho e outras paixões o obrigaram a submeter-se ao governo), juntamente com o grande poder do seu governante, o qual comparei com o Leviatã, tirando essa comparação dos dois últimos versículos do capítulo 41 de Jó, onde Deus, após ter estabelecido o grande poder do Leviatã, lhe chamou Rei dos Soberbos. Não há nada na Terra, disse ele, que se lhe possa comparar.

HOBBS, T. *O Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TEXTO II

Eu asseguro, tranquilamente, que o governo civil é a solução adequada para as inconveniências do estado de natureza, que devem certamente ser grandes quando os homens podem ser juízes em causa própria, pois é fácil imaginar que um homem tão injusto a ponto de lesar o irmão dificilmente será justo para condenar a si mesmo pela mesma ofensa.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Thomas Hobbes e John Locke, importantes teóricos contratualistas, discutiram aspectos ligados à natureza humana e ao Estado. Thomas Hobbes, diferentemente de John Locke, entende o estado de natureza como um(a)

- a) condição de guerra de todos contra todos, miséria universal, insegurança e medo da morte violenta.
- b) organização pré-social e pré-política em que o homem nasce com os direitos naturais: vida, liberdade, igualdade e propriedade.
- c) capricho típico da menoridade, que deve ser eliminado pela exigência moral, para que o homem possa constituir o Estado civil.
- d) situação em que os homens nascem como detentores de livre-arbítrio, mas são feridos em sua livre decisão pelo pecado original.
- e) estado de felicidade, saúde e liberdade que é destruído pela civilização, que perturba as relações Sociais e violenta a humanidade.

7. Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil. Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

Segundo a Teoria da Formação do Estado, de John Locke, para viver em sociedade, cada cidadão deve

- a) manter a liberdade do estado de natureza, direito inalienável.
 - b) abrir mão de seus direitos individuais em prol do bem comum.
 - c) abdicar de sua propriedade e submeter-se ao poder do mais forte.
 - d) concordar com as normas estabelecidas para a vida em sociedade.
 - e) renunciar à posse jurídica de seus bens, mas não à sua independência.
8. Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Brasília: EdUnB, 1979 (adaptado).

Em *O Príncipe*, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e o humanismo renascentista ao

- a) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
- b) rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- c) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
- d) romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
- e) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.

9. O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja percebido no todo.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A visão de Rousseau em relação à natureza humana, conforme expressa o texto, diz que

- a) o homem civil é formado a partir do desvio de sua própria natureza.
 - b) as instituições sociais formam o homem de acordo com a sua essência natural.
 - c) o homem civil é um todo no corpo social, pois as instituições sociais dependem dele.
 - d) o homem é forçado a sair da natureza para se tornar absoluto.
 - e) as instituições sociais expressam a natureza humana, pois o homem é um ser político.
10. A importância do argumento de Hobbes está em parte no fato de que ele se ampara em suposições bastante plausíveis sobre as condições normais da vida humana. Para exemplificar: o argumento não supõe que todos sejam de fato movidos por orgulho e vaidade para buscar o domínio sobre os outros; essa seria uma suposição discutível que possibilitaria a conclusão pretendida por Hobbes, mas de modo fácil demais. O que torna o argumento assustador e lhe atribui importância e força dramática é que ele acredita que pessoas normais, até mesmo as mais agradáveis, podem ser inadvertidamente lançadas nesse tipo de situação, que resvalará, então, em um estado de guerra.

RAWLS, J. *Conferências sobre a história da filosofia política*. São Paulo: WMF, 2012 (adaptado).

O texto apresenta uma concepção de filosofia política conhecida como

- a) alienação ideológica.
- b) microfísica do poder.
- c) estado de natureza.
- d) contrato social.
- e) vontade geral

Gabarito

1. **C**

O escritor florentino Nicolau Maquiavel teve uma importância inovadora como fundador da política moderna ao separar ética de política. Maquiavel acreditava que a natureza humana é essencialmente má e os indivíduos deveriam conseguir ganhos a partir do menor esforço. Como cita no texto, os homens “duma maneira geral, são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro,” portanto sempre guiados por interesses.

2. **D**

O filósofo iluminista Montesquieu era contra o absolutismo monárquico, pois, na sua visão, este tipo de governo – onde o poder era concentrado apenas nas mãos do soberano – amplia a desigualdade, favorecendo apenas o soberano e sua família. Montesquieu propôs que o poder político fosse dividido, então, em três partes, o legislativo, o executivo e o judiciário.

3. **D**

A questão demonstra a contraposição de Hobbes e Rousseau sobre o estado de natureza do homem. Apesar de cada um dos autores defender propostas distintas sobre a condição original do homem, concordam que seria um estado de liberdade.

4. **E**

- a) Incorreta. De modo algum Rousseau atribui animalidade ao homem. Essa foi uma crítica irônica feita por Voltaire a Rousseau.
- b) Incorreta. No estado de natureza, segundo Rousseau, o homem não detém qualquer propriedade. A propriedade privada marcará o fim do estado de natureza e sua passagem para o estado de sociedade. Essa proposição, na verdade, reflete o pensamento de Locke sobre a felicidade associada ao trabalho e à propriedade privada.
- c) Incorreta. Para Rousseau, não há qualquer possibilidade de o ser humano degenerado pela civilização o resgatando a unidade com a natureza. No estado civil, o ser humano está determinado pela ruptura com a natureza (interna e externa).
- d) Incorreta. busca o reconhecimento de si e a admiração do outro. Isso só se realizou quando o ser humano perdeu o estado de natureza, no qual vivia plenamente de forma autossuficiente sem a necessidade do outro. A vaidade e a ilusão da aparência marcam o ser humano no estado civil.
- e) Correta. Para Rousseau, o "bom selvagem" realiza sua existência em um estado anterior ao da sociedade (estado civil), de forma livre e totalmente independente, sem qualquer vínculo social e em unidade plena com a natureza.

5. **A**

- a) Correta. Como parte do pensamento jusnaturalista, Locke está convencido de que os direitos naturais humanos não desaparecem em estado de sociedade. Pelo contrário, eles subsistem, limitando, dessa maneira, o poder do Estado.
- b, c e d) Incorretas. Para John Locke, o estado de natureza pode levar à guerra devido às paixões livres dos homens. Assim, o único modo para encerrar este estado é o Pacto Social, um contrato, no qual todos abrem mão de sua liberdade para que o Estado assegure sua segurança e liberdade.

6. A

Diferente de Locke, para o filósofo contratualista Thomas Hobbes, no estado de natureza existiam conflitos constantes, “o homem era lobo do próprio homem”.

7. D

Na perspectiva liberal de Locke, a comunidade política se inicia quando os homens renunciam à sua liberdade absoluta, que têm por natureza, e assumem uma liberdade mais restrita, limitada pelas normas sociais. Tal restrição auto imposta, porém, tem como objetivo não diminuir o homem, mas melhor garantir os seus direitos naturais, que são mal protegidos no estado de natureza. Entre os direitos naturais está a propriedade privada.

8. C

O texto de Maquiavel se relaciona ao pensamento político renascentista ao ressaltar o domínio do livre-arbítrio sobre a sorte. Dessa maneira, Maquiavel apresenta o princípio básico defendido pelos renascentistas que era a utilização da razão como principal instrumento para compreender o universo e a natureza.

9. A

[Resposta do ponto de vista da disciplina de Sociologia]

Somente a alternativa [A] está correta. O homem civil, segundo o texto de Rousseau, corresponde àquele que, desviando de sua própria natureza, se torna um indivíduo relacional à comunidade política.

[Resposta do ponto de vista da disciplina de Filosofia]

Se fizéssemos um exercício de completa abstração e pensássemos unicamente a partir do ponto de vista do “homem natural”, então poderíamos dizer que a sua “transformação” em homem civil seja um desvio. Porém, Rousseau não dá a entender que tal passagem para a vida civil seja simplesmente um artifício, um desvio da rota natural. Segundo um trecho de sua obra, Contrato Social, a passagem é inevitável para a própria conservação do homem e, portanto, um tanto natural, isto é, ela se cria pelo movimento da própria natureza do homem.

“Esse estado primitivo não pode mais subsistir, e o gênero humano pereceria se não mudasse sua maneira de ser. Ora, como é impossível aos homens engendrar novas forças, mas apenas unir e dirigir as existentes, não lhes resta outro meio para se conservarem senão formar, por agregação, uma soma de forças que possa vencer a resistência, pô-los em movimento por um único móbil e fazê-los agir em concerto”. (J-J. Rousseau. Contrato social. In Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 602).

10. C

Thomas Hobbes é um dos filósofos contratualistas, exatamente por considerar que toda comunidade política é fundada em um pacto social. A ausência desse pacto faz com que os indivíduos estejam em um estado de natureza, na qual haveria a guerra de todos contra todos.